

PFL faz mau negócio com o diabo

ESTADO DE SÃO PAULO

26 MAR 1987

ANC
Pág 3

O líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique, comunicou ao líder do PFL, José Lourenço, que estava valendo o acordo feito anteriormente, segundo o qual o segundo maior partido teria o direito de indicar o nome para ocupar a 1ª vice-presidência da Mesa da Constituinte. Acontece que, entre a consagração do acordo e seu cumprimento, ocorreu um fato inesperado: o senador Mário Covas derrotou Luiz Henrique na bancada e foi indicado líder do partido majoritário na Constituinte. Eleito em oposição à cúpula do PMDB, o senador adotou logo a providência de considerar nulo o acordo e dizer que prevaleceria o critério da proporcionalidade, segundo o qual o principal partido também indicaria o 1º vice-presidente.

José Lourenço não gostou da mudança de atitude do PMDB e reclamou. Como lhe convinha, exerceu o direito de esperar e chegou a ameaçar com a possibilidade de liderar, junto aos outros pequenos partidos, uma Constituinte alternativa, paralela, que redigiria uma Constituição, a ser submetida ao julgamento popular ao lado da majoritária, escrita pelo PMDB. A ameaça do líder caiu, contudo, no vazio, quando o PFL recuou e resolveu ceder a 1ª vice-presidência ao PMDB em troca da negociação pela 1ª secretaria. No episódio, como em tantos outros, prevaleceu um espírito pragmático e fisiológico que, na aparência, mantém o PFL no centro das

decisões, mas, na vida real, simplesmente inviabiliza o projeto político não apenas do partido mas também de todo o centro liberal e democrático no Brasil, paralisando-o como um gás letal.

O episódio da disputa pela 1ª vice-presidência não é secundário, como poderia parecer à primeira vista. Na realidade, ele levanta o véu de uma disputa real de poder. O aparente sectarismo do líder do PMDB na Constituinte revela a consciência que ele tem de que um eventual substituto do dr. Ulysses Guimarães na presidência de um poder importante como aquele não é necessariamente tão eventual como se possa pensar. A fragilidade física do presidente da Constituinte (a debilidade exposta de sua saúde) transforma a eventualidade e a expectativa inerentes ao cargo de vice numa possibilidade, e é isso que Covas e Lourenço estão disputando: a probabilidade concreta de um poder real.

Afora isso, o desajeitado recuo instantâneo da bancada do PFL, desprestigiando seu líder em menos de 24 horas, põe a nu a fragilidade intrínseca de um grupo de políticos que se formou para a esperança de tantos e se tem transformado na decepção de quase todos. Na oposição ao governo Sarney, o PFL teria sido uma alternativa para o centro democrático, preocupado com a falta de direção da administração federal e do partido que o apóia, já podendo apresentar, a

essas alturas, pelo menos, um candidato de sua confiança à sucessão do presidente. No apêndice de um governo desorientado, ocupando ministérios que não decidem no essencial, o PFL é um poder que pouco pode e uma voz política à qual só se tem autorizado o direito suicida ao silêncio. Em troca de algum prestígio e cargos pomposos mas desimportantes, o partido vendeu sua alma a um diabo indeciso, um Mefistófeles esperto, que, aliás, não vem pagando a conta como deveria. Em nome desse negócio meio escuso, o PMDB esmagou a Frente Liberal nas eleições de novembro e, ainda assim, o pragmatismo fisiológico dos derrotados os mantém pendurados à incômoda situação de não estar na oposição a um governo, no qual eles evidentemente não governam.

O pragmatismo fisiológico que arrasta o PFL para o abismo parece, contudo, um mal incurável, uma sina inexorável. Cada dia que passa fica mais difícil para o PFL tomar uma posição clara de confronto em relação a um governo que não o abençoa, mas ao qual ele não pode amaldiçoar. Esta é a explicação mais razoável para o fato de não estar surgindo a olho nu nenhuma alternativa centrista e liberal às muitas que apresentam armas nas batalhas da sucessão de Sarney. Uma posição lúcida como a do ex-governador de Pernambuco, Roberto Magalhães, que prega no deserto as vantagens de ir

para a oposição, quando não se exerce o governo, por cujos erros também se é responsável, parece uma reprodução sertaneja do confronto imaginário entre dom Quixote e os moinhos de vento. Os líderes nacionais do partido — os que insistem em inflar o balão imaginário da Aliança Democrática — parecem vítimas permanentes da constatação absurda de que eles só são bons políticos no governo, pois na oposição seriam presas irremediáveis da incompetência. Numa democracia, o político profissional deve estar igualmente preparado para o exercício do poder e para ter paciência na oposição. Para políticos que não têm competência para a hibernação oposicionista as ditaduras reservam postos honoríficos e bem remunerados, mas a democracia só lhes pode garantir um lugar na lata de lixo da História.

O espaço de manobra que o PFL tem para evitar tal destino e ganhar um assento na cabina de comando da nave que conduzirá as esperanças políticas do Brasil no futuro se reduz com o tempo. Mas o difícil ainda não é impossível. Só o será se os dirigentes do partido insistirem neste pacto de comodismo pragmático, no qual negociam uma alternativa legítima de poder em troca de uma impotência cercada da pompa e da circunstância de ministérios esvaziados de substância política. Da forma como se apresenta tal pacto, só Mefistófeles sabe onde escondeu a faca, e o queijo do dr. Fausto está bichado.